

# PRODUTO INTERNO BRUTO, ESTADO DE SÃO PAULO E BRASIL, PERÍODO 1990 A 2001: agronegócio<sup>1</sup>

Samira Aoun<sup>2</sup>

## 1 - INTRODUÇÃO

Os anos 90s foram caracterizados por grandes transformações na economia brasileira, ocasionadas principalmente pela liberalização comercial e financeira e também pela implementação de políticas de estabilização. Barreiras tarifárias e não tarifárias foram reduzidas, bem como poupança externa foi atraída. Planos de estabilização foram tentados, tendo sido o Plano Real, implementado em 1994, o único a conseguir conter o ritmo da inflação após várias décadas de perturbações.

A relação entre liberalização econômica, num contexto de estabilização interna, e crescimento econômico foi motivo de controvérsia durante esse período em função do cenário externo de crise.

O panorama da economia mundial na década de 1990 foi de instabilidade. Sucessivas crises financeiras ocorreram com reflexos mundiais. Crise mexicana, crise asiática e crise russa foram marcantes nas economias, o que dirigiu vários estudiosos para análises de como evitar os impactos externos nas economias domésticas.

Internamente, reformas estruturais foram empreendidas com o objetivo de aumentar a produtividade por meio da minimização da interferência governamental no mercado e da maximização da competitividade na economia.

O Estado, desde meados de 1980, vem realizando transformações na economia brasileira, procurando estabelecer um novo padrão de desenvolvimento nacional e regional. A gradativa mudança de ênfase do Estado como executor de desenvolvimento econômico para a de gerador das condições básicas, a fim de que o setor produtivo possa desempenhar suas atividades, tem sido implementada.

<sup>1</sup>A autora agradece os comentários dos pesquisadores Maria Auxiliadora de Carvalho, Arthur Antonio Ghilardi e Richard Domingues Dullely. Cadastrado no SIGA NRP1061, e registrado no CCTC n. IE-52/2004.

<sup>2</sup>Economista, Mestre, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola.

Mais especificamente, na agricultura, buscaram-se transformações no agronegócio brasileiro, procurando dinamizar suas instituições por meio de cooperação com o setor produtivo, criando mecanismos para agilizar essa cooperação.

Nessa concepção, procura-se modificar o caráter subordinativo da agricultura e imprimir um caráter interativo, implicando enfatizar a visão sistêmica do conceito de agronegócio, ou de cadeias produtivas, em lugar de pacotes tecnológicos.

Dessa maneira, a importância de uma perspectiva intersetorial para resolução de problemas, tais como: da questão alimentar, mudança tecnológica, modernização e eficiência na produção de alimentos, dentre outros, é frizada. É na interação dos setores produtivos que se busca analisar o processo de desenvolvimento e não em uma perspectiva puramente agrícola.

O objetivo deste artigo é analisar o Produto Interno Bruto (PIB) com ênfase no agronegócio. Mais especificamente, pretende-se:

- 1 - analisar a evolução do Estado de São Paulo à luz da evolução nacional na década de 1990, por setores de atividade. Para isso foram usados os dados do PIB de São Paulo e do Brasil, total e por setores de atividade.
- 2 - analisar o agronegócio brasileiro na década de 1990, no que se refere basicamente à sua contribuição para o PIB nacional e identificar as causas de seu desempenho.
- 3 - fazer algumas inferências sobre o desempenho do agronegócio paulista, na década de 1990.

## 2 - BREVE RETROSPECTO DA POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA

Um marco de referência básico para análises do crescimento econômico é o informe de Prebisch (1949), no qual lançou as bases da teoria estruturalista do subdesenvolvimento. O argumento principal era o da não conveniência, para os países da América Latina, do padrão primário-exportador, em função da tendência des-

favorável dos termos de troca dos produtos primários produzidos pelos países periféricos em relação aos países mais avançados. Para dinamizar as atividades primário-exportadoras, é necessário o impulso da demanda externa e dos capitais externos, e as flutuações desses fatores provocam ciclos de crescimento e crise.

As atividades primário-exportadoras não são capazes de incorporar a crescente força de trabalho e aumento de produtividade, o que tende a concentrar os aumentos da produtividade nos países centrais. Os frutos do crescimento baseado na exportação de produtos primários não se distribuem de maneira eqüitativa devido à concentração da propriedade da terra.

Diante disso, sua crítica é dirigida ao desenvolvimento centrado na produção e exportação de bens primários, mas não a essas atividades em si, porque elas devem formar parte importante do processo de desenvolvimento.

Sendo assim, um meio capaz de trazer grandes mudanças, não só no quadro econômico como no panorama social da região, é por meio da industrialização. Essa via de desenvolvimento depende, em grande parte, de políticas governamentais favoráveis, como medidas protecionistas e de estímulo à formação de capital.

O desenvolvimento requer um enorme esforço de poupança interna e um incremento considerável da proporção da poupança que se utiliza em investimentos produtivos. Mesmo sendo indispensável utilizar a poupança externa, prudência para não pressionar excessivamente o balanço de pagamentos é recomendada.

Equilíbrio das finanças públicas e controle da inflação devem vir acompanhados do melhor aproveitamento dos fatores produtivos, da redução do consumo para aumentar a poupança, da remoção das travas ao comércio e do aumento da cooperação internacional.

A industrialização como forma de combater a pobreza e promover o desenvolvimento brasileiro foi feita após a Segunda Guerra Mundial por meio da implantação de uma indústria nacional integrada com uma indústria de base. A princípio, a criação de indústrias-chave, como metalúrgicas e químicas, seria capaz de garantir uma relativa auto-suficiência ao parque industrial brasileiro e a sua necessária sobrevivência na competição internacional. Na implantação dessa indústria, reforçava-se a necessidade da atuação direta e indireta do Estado em função da atuação inexpressiva da iniciativa privada (HOLLANDA FILHO, 1999).

Assim, o intervencionismo estatal nos investimentos em ampliação, diversificação e modernização da indústria de base foi defendido. A fim de incentivar a criação de novas indústrias, amparar as indústrias nascentes e proporcionar às que já estavam fixadas no País o tempo necessário para reabilitarem suas condições técnicas, recomendou-se uma tarifa aduaneira de proteção às indústrias nacionais até tornarem-se independentes e dispensarem a proteção.

A política industrial, então, esteve associada à eliminação da concorrência internacional, em mercados previamente selecionados, com o intuito de permitir e estimular o desenvolvimento da produção doméstica. Aqui, no Brasil, a industrialização esteve associada à criação de empresas estatais. O argumento da indústria infante compunha a base normativa das políticas industriais voltadas para o desenvolvimento econômico predominante na década de 1960.

As estratégias de substituição de importação, adotadas por muitos países da América Latina após a II Guerra Mundial, tornaram as economias fechadas ao comércio internacional. No início dos anos 80s, houve a abertura ao comércio externo, mas a carga da dívida externa subiu consideravelmente por causa do aumento da taxa de juros internacional e, para alguns países, por causa do segundo choque do petróleo. O setor público não foi mais capaz de continuar seu papel de condutor na estratégia de desenvolvimento.

A atualidade das proposições de Prebisch (1949), concebidas por meio do sistema centro-periferia e que deram o fundamento principal do estruturalismo latino-americano, é percebida para procurar soluções para os problemas atuais.

## 2.1 - Década de 1990

A tônica principal da política econômica na década de 1990 foi a estabilização de preços e a liberação comercial.

### 2.1.1 - Estabilização

Desde meados da década de 1980, várias tentativas de reduzir o nível de inflação, que crescia persistentemente, foram feitas com os planos Cruzado I e II, em 1986; o plano Bresser, em 1997; e o plano Verão, em 1989. Esses planos procuraram conter o ritmo inflacionário por

meio do congelamento de preços e salários, mas nenhum teve êxito no combate à inflação e na retomada do ritmo de crescimento econômico.

Em 1990, mais um plano econômico foi implementado, contendo medidas de reforma monetária, fiscal, de comércio exterior e cambial. O Plano Collor provocou um choque monetário inesperado, bloqueando cerca de 70% dos ativos financeiros e convertendo-os em depósito a prazo fixo. Esse plano reduz a inflação, de 2.740,23%, em 1990, para 414,75%, em 1991, mas não elimina os mecanismos de realimentação inflacionária, como a persistência dos desequilíbrios financeiros do setor público.

Apesar da recessão imposta, a inflação volta a se acelerar e a corroer a confiança dos agentes econômicos para com o governo e com as instituições financeiras. Mesmo com a adoção do Plano Collor II, em 1991, com congelamento de preços e salários, extinção do referencial de indexação de preços, o Bônus do Tesouro Nacional Fiscal e com a utilização da Taxa Referencial Diária, não se conseguiu conter o avanço da inflação.

Além dos problemas econômicos enfrentados pelo País, o grau de incerteza foi se ampliando com o surgimento da instabilidade política, até que em dezembro de 1992, o presidente é destituído.

A partir daí, houve uma mudança metodológica na condução da política econômica, principalmente da política monetária. Em 1994 é implementado o Plano Real. Foi um programa de estabilização bem-sucedido, que reduziu as taxas de inflação por um período prolongado. No Plano Real, criou-se uma moeda virtual atrelada ao dólar, a Unidade Real de Valor (URV). Por meio dela, o Governo adotou a lógica da dolarização, sem implantar um *currency board*, como feito pela Argentina, usando as âncoras cambiais ou metas cambiais. No regime de âncora cambial para a estabilização monetária, a taxa de juros tornou-se o instrumento de política monetária mais importante.

Foi estabelecido um período de quatro meses para que os agentes econômicos se adaptassem à URV. Durante esse período, a taxa de câmbio, os preços básicos, os salários dos funcionários públicos, o salário mínimo, as pensões e as tarifas públicas foram compulsoriamente convertidos em URVs. O setor privado foi adaptando seus preços a essa sistemática.

Nesses quatro meses, a inflação na ve-

lha moeda atingiu quase 50% ao mês. Ao final desse período a URV valia 2.750 cruzeiros novos e foi convertida na nova moeda, o real. Toda base monetária da velha moeda foi substituída por novas cédulas e moedas.

Houve firme determinação em manter baixa a taxa de inflação. Em 1994, a inflação atingiu a taxa de 2.406,87%, reduzida para 67,46% no ano seguinte e mantendo-se decrescente até 1998, com a menor taxa de inflação verificada, de 3,89%.

Em fins da década de 1990, foi implementada a sistemática de metas de inflação, ou *inflation targeting*, em substituição às metas cambiais, ou âncoras cambiais, para controle das taxas de inflação. Nesse regime, com câmbio fluante e crescente liberdade de movimento de capitais, a volatilidade se transfere da taxa de juros para a taxa de câmbio, o que, por sua vez, influi nas taxas de inflação. Intervenções eventuais no mercado cambial se justificam quando de flutuações bruscas produzidas por descompasso momentâneo.

A diferença entre as metas monetárias ou cambiais, anteriormente utilizadas, e a meta inflacionária é que na modelagem da taxa de inflação leva-se em consideração várias informações, como o preço de certas *commodities*, o nível de emprego da economia e o quadro econômico mundial. Apenas a quantidade de moeda deixa de se constituir um bom indicador do comportamento futuro da economia. O efeito da velocidade de circulação da moeda, tão importante na sua tradicional teoria quantitativa, fica amortecido nessa metodologia.

Para fixar as metas de inflação, utiliza-se do núcleo de inflação, ou *core inflation*. O núcleo de inflação é uma medida que procura captar a tendência dos preços, desconsiderando os distúrbios temporários de choques de oferta, como os resultantes de fatores climáticos ou sazonais. Esses choques, apesar de afetarem o índice de preços completo, são rapidamente absorvidos sem modificar as expectativas dos agentes e por isso não há necessidade de uma resposta da política monetária. Cerca de 70% dos itens que compõem os índices de preços completos possuem volatilidade normal e integram o núcleo da inflação.

O núcleo da inflação é construído para detectar mudanças de caráter fundamental nos preços, que podem ser causados por pressões de demanda sobre a capacidade produtiva, por cho-

ques permanentes nos preços relativos ou por alterações nas expectativas de inflação. Sua utilidade é a de orientar a política monetária a identificar e diagnosticar os choques que afetam a inflação.

No ano da implantação dessa nova sistemática, em 1999, a inflação seguia uma tendência de alta, de 11,32%, e já em 2000 foi controlada, atingindo 9,81%.

### 2.1.2 - Liberalização comercial

As reformas liberalizantes da década de 1990, descritas como reformas orientadas para o mercado, foram feitas como uma reação para o baixo desempenho macroeconômico durante a década de 1980 (PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 2001). Uma combinação de estagnação do PIB, ou mesmo queda, hiperinflação, aumento da desigualdade e aumento da pobreza foram os principais sintomas.

O reconhecimento da necessidade de reformas estruturais surgiu de modo diferente e em tempos diferentes nos principais países. Chile e México foram os primeiros a tentar liberalizar seu comércio externo e suas contas de capital, numa estratégia baseada na sobrevalorização da taxa de câmbio. Em seguida, foi a Argentina e, mais vagarosamente, o Brasil a se inserir nesse processo.

A liberalização comercial significou que a proteção ao setor manufatureiro, por meio de barreiras tarifárias e não tarifárias, foi sendo, paulatinamente, retirada observando um cronograma estabelecido.

Adicionalmente, a privatização tornou-se uma das peças centrais da política econômica nos anos 90s, com o Programa Nacional de Desestatização. O marco desse processo pode ser atribuído à venda do setor siderúrgico, que fora implantado após a II Guerra Mundial, sob a supervisão do governo, e tida como um elemento crítico para segurança nacional. A mudança mais significativa trazida pela privatização foi a gestão das antigas estatais pelos princípios de empresas privadas.

O auge do programa ocorreu entre 1997 e 1998, com as grandes privatizações atraindo vasto fluxo de investimento direto para o Brasil, o que ajudou a financiar o elevado déficit em conta corrente do País, bem como evitar a explosão da dívida pública.

Também na década de 1990, foi pro-

movida, no Brasil, a desregulamentação dos mercados, libertando as companhias e os mercados de um grande número de controles administrativos introduzidos durante o período de substituição de importação. Outras iniciativas enfocaram o comércio internacional e o investimento externo.

Políticas de controle a monopólios e de proteção ao consumidor foram formuladas, bem como anularam-se restrições legais que limitavam a entrada de competidores no mercado, estabelecendo-se controles de preços em diversos setores não comerciais. Criou-se um ambiente mais competitivo com o fim das limitações legais à entrada de concorrentes no mercado e do controle de preços.

A esse respeito, Farina e Azevedo (1999), analisando a política industrial brasileira dos anos 90s, abordando as interações com a política de defesa de concorrência, evidenciam que a concorrência mostrou ser insuficiente para o atendimento dos objetivos de política industrial. Tanto a abertura de mercado quanto o fortalecimento da política de defesa da concorrência não apresentaram as condições necessárias para a melhoria do desempenho das firmas. Constatação semelhante foi obtida por Resende e Anderson (1999), para os quais as transformações na economia brasileira nos anos 90s não foram suficientes para alterar o padrão de especialização tecnológica gestado na indústria de bens de capital nas décadas anteriores, caracterizado pela produção de bens de menor conteúdo tecnológico e pela importação dos produtos mais sofisticados.

### 2.1.3 - Setor externo

Ao se analisar as informações de comércio de bens do Brasil, no período 1990-2000, elaboradas pela Division de Comercio Internacional e Integración (2001), pode-se verificar que, ao longo da década de 1990, o setor externo apresentou-se como foco de fragilidade, motivo pelo qual o conduziu a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) por várias vezes. As exportações totais brasileiras, em 1990, somavam US\$31.397 milhões e, em 2000, US\$54.907 milhões, o que resultou em crescimento de 5,76% ao ano para o período; as importações brasileiras, em 1990, somavam US\$22.458 milhões e, em 2000, US\$58.931, o que, calculado para a

série de dados, resulta em crescimento à taxa de 12,83% ao ano, ou seja, as importações aumentaram significativamente mais do que as exportações.

Na composição das exportações, o grande volume está nos bens primários, nos bens industrializados tradicionais e na composição das importações, o grande volume ficou por conta dos bens industrializados duráveis, os difusores de progresso técnico e os bens com elevadas economias de escala.

A vulnerabilidade externa brasileira foi estimada por Resende e Teixeira (2001), que estudaram o argumento de deficiência estrutural de ganhos tecnológicos e de produtividade a longo prazo na economia brasileira, industrializada por meio da substituição de importações. Essa deficiência teria como conseqüências interligadas a necessidade sistemática de a economia requer importações de maior conteúdo tecnológico, ou seja, sua demanda de importações seria crescente em função do grau de densidade tecnológica dos segmentos demandantes; e os ganhos de competitividade de longo prazo da economia ficariam comprometidos, tornando sua vulnerabilidade externa mais elevada em relação às economias desenvolvidas, isto é, menores ganhos de competitividade ao longo do tempo reduziriam a capacidade, seja da política econômica, seja dos mecanismos de mercado de afetar a disponibilidade de divisas externas da economia.

As oscilações dos mercados internacionais teriam sua importância relativa aumentada na disponibilidade de divisas externas da economia, em detrimento da política econômica doméstica ou dos mecanismos de mercado. Nesse caso, a disponibilidade de divisas externas deveria operar como uma das variáveis relevantes na determinação da quantidade importada, principalmente de bens e insumos relativos aos segmentos produtivos de densidade tecnológica mais elevada.

Sendo assim, aqueles autores estimaram uma função alternativa da demanda de importação para a economia brasileira, incluindo a disponibilidade de divisas externas entre as variáveis relevantes para explicar o comportamento da quantidade importada. Estimou-se também uma função de demanda por importações de bens de capital, bens que incorporam materialmente o progresso técnico.

Os resultados obtidos sugerem a relevância da disponibilidade de divisas externas para a explicação das importações totais e de bens

de capital no Brasil. A importância da disponibilidade de divisas só é significativa na função de demanda de importação, quando o seu controle pela política econômica é pequeno. Nos momentos de escassez de divisas, para alcançar o equilíbrio das contas externas, os formadores de política só lançam mão do controle das importações quando não conseguem afetar a contento os demais fluxos de divisas do balanço de pagamentos, tendo em vista os transtornos econômicos causados por esse controle.

Em função dos acordos internacionais, a renda ganhou importância relativa como variável de ajuste das contas externas. O crescimento da economia brasileira mostra-se atrelado à disponibilidade de divisas externas, cujo controle pela política econômica doméstica parece ser pequeno. Assim, à medida que o incremento da participação das importações de bens de capital na formação bruta de capital fixo foi significativo nos anos 90s, as taxas de investimento e de crescimento da economia brasileira ficam condicionadas aos ciclos de mercados de comércio e financeiros internacionais. Esses ciclos teriam assim um papel relevante na determinação da disponibilidade de divisas, o que evidenciaria a vulnerabilidade externa da economia.

### 3 - MATERIAL E MÉTODO

O PIB é uma importante variável macroeconômica para se analisar o desempenho da economia, representa o produto ou o valor adicionado gerado no território econômico de um país ou região por residentes. A renda gerada na produção é obtida por saldo entre o valor da produção e o consumo intermediário (CONSIDERA e MEDINA, 1998).

O principal agregado por conta de produção pode ser obtido para cada atividade econômica, agricultura, indústria e serviços, a custo de fatores e a preços básicos. O valor adicionado a preços de mercado, o PIB, só é possível de ser obtido para o total da economia ao se adicionarem aos valores a preços básicos os impostos líquidos de subsídios a produtos. Assim, o procedimento para o cálculo do PIB a preços de mercado, por atividade econômica, aqui utilizado foi o de considerar que os impostos e subsídios são relativamente proporcionais aos três setores de atividade. Feito dessa forma mantém-se a relação entre o valor adicionado dos três setores.

Para o Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibiliza a série encadeada do índice trimestral do valor adicionado por setor de atividade e o PIB a preços de mercado, a partir de 1990. Para tornar os dados nacionais comparáveis aos estaduais, os índices trimestrais foram reponderados e anualizados por meio de média simples.

Para São Paulo, a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) disponibiliza a série de dados anuais, do Valor Adicionado Bruto a Preço Básico constante de 2001, por setor de atividade econômica, sendo também a diferença para o PIB total a preços de mercado devido a impostos e subsídios. A mesma proporcionalidade do valor adicionado foi mantida para o cálculo do PIB a preços de mercado por setor de atividade econômica.

Para se analisar a evolução do PIB, calculou-se a taxa de crescimento anual, estimada pelo método de mínimos quadrados, para o período 1990 a 2001, quando existem dados para as duas esferas.

### 3.1 - Abordagem do Agronegócio

A noção de agronegócio ou complexo industrial tem seus fundamentos baseados nos trabalhos sobre desenvolvimento econômico, nos quais a superação do subdesenvolvimento é tentada por meio de formulações de estratégias focalizando problemas de produção.

Estudo de Davis e Goldberg (1957) foi pioneiro nessa linha de trabalho, utilizando a matriz insumo-produto. Conceitua o agronegócio como sendo *“a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; das operações de produção na fazenda; do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles”*. Participam também desse complexo os agentes que afetam e coordenam o fluxo dos produtos, tais como: governo, mercados, entidades comerciais, financeiras e de serviços. A agricultura, a industrialização dos produtos agrícolas e os serviços ligados a eles e seus derivados compõem o agronegócio.

Nas economias industrializadas, o desenvolvimento se fez pelo aprofundamento da interdependência entre ramos industriais e entre os setores produtivos, agropecuário e serviços. Essa interdependência estabelece que a dinâmica de

cada segmento produtivo influencia e é influenciada pelos padrões de mudança tecnológica dos outros segmentos, por meio da difusão de inovações, de mudanças em preços relativos e da demanda daí derivada.

A produção agrícola vem se tornando mais interdependente e inter-relacionada aos segmentos fornecedores de matérias-primas, processo chamado de integração a montante, ou integração para trás, ou *upstream*, e os segmentos compradores de produtos agrícolas são chamados de integração a jusante, ou integração para frente, ou *dowstream*. A montante do setor agrícola está a produção de insumos agrícolas e fatores de produção e a jusante estão armazenamento, transporte, processamento, industrialização e distribuição.

A exigência do mercado consumidor pode provocar a reorganização da atividade produtiva, induzindo a adoção de ações que viabilizem a produção de novos produtos no mercado. As oportunidades de investimento, sinalizados pelo mercado consumidor, em termos de diferenciação por qualidade, têm atributos que proporcionam mudanças na atividade produtiva e que permitem inovações tecnológicas. Os estudos com enfoque em segmentos específicos do agronegócio, chamados de cadeias produtivas, levam em conta esses aspectos e também aqueles relacionados ao consumo, como padrões alimentares, nível e distribuição da renda dos consumidores, uma vez que o consumo é o destino das atividades de produção, processamento e distribuição.

A coordenação do agronegócio pode se utilizar da abordagem de custo de transação desenvolvida na nova economia institucional. Essa abordagem se utiliza do conceito de eficiência, que pode ser traduzido como a habilidade de diferentes agronegócios em se reorganizar depois de um impacto externo (ZYLBERSZTAJN, 1995). Por meio da análise das regularidades e generalizações alcançadas por transações típicas torna-se possível sugerir análises de sistemas de agronegócio. Essa abordagem enfatiza mecanismos extra-preços de coordenação e está mais relacionada à microeconomia.

### 3.2 - Fonte de Informação do Agronegócio

A mensuração do Produto Interno Bruto do agronegócio foi feita em parceria de órgãos públicos com órgãos ligados ao *agribusiness*. Para o Brasil, Nunes e Contini (2001), da Asso-

ciação Brasileira de Agribusiness (ABAG), com apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), estruturaram um estudo para dimensionar o PIB do agronegócio, e Guilhoto; Furtuoso; Barros (2000), do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da USP (CEPEA), com suporte da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), realizaram pesquisa com o objetivo de fornecer subsídios para estimação do crescimento mensal do PIB do agronegócio brasileiro. Sendo assim, essas duas fontes de informação foram utilizadas e analisadas.

#### 4 - ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PIB NO PERÍODO 1990 A 2001

As estimativas da taxa de crescimento do PIB, no período de 1990 a 2001, para o Brasil e do Estado de São Paulo, por setor de atividade estão na tabela 1. O teste t mostrou significância estatística a 1% para todas as taxas.

A taxa média de crescimento do PIB brasileiro no período 1990-2001 foi de 2,80% ao ano, conforme dados do IBGE. Os setores de atividade econômica, que compõem o PIB, cresceram a taxas de 3,76% ao ano para agropecuária, 2,96% ao ano, para indústria e 2,50% ao ano para serviços (Tabela 1).

Em igual período, o PIB do Estado de São Paulo apresentou crescimento de 2,77% ao ano, de acordo com dados do SEADE/IBGE. Porém, os setores de atividade evoluíram de modo diferente, ou seja, a agropecuária cresceu à taxa de 4,01% ao ano, indústria, 1,68% ao ano e serviços, 3,61% ao ano.

O que se observa é que no período 1990 a 2001, tanto em São Paulo quanto no Brasil, como um todo, o setor agropecuário evoluiu mais relativamente aos demais setores de atividade. No Brasil, o avanço da agricultura superou o do setor de serviços, que apresentou crescimento menor do que o total. Na composição do PIB, o setor de serviços tem uma participação elevada, cerca de 50%, porém seu baixo crescimento fez com que sua contribuição para o PIB total fosse reduzida ao longo da década de 1990 em torno de 1%. O setor

industrial brasileiro que também tem uma participação relativamente elevada, superior a 40%, cresceu a taxas moderadas e teve também uma ligeira redução em sua contribuição para o PIB. O setor agrícola, que contribui com menor parcela para o PIB, teve sua participação aumentada em mais de 1%, passando de 8,7% do PIB em 1990, para 10% em 2001. Isso significa que houve uma transferência de renda em favor da agricultura brasileira no período analisado.

No Estado de São Paulo, o avanço da agricultura superou o do setor industrial, que apresentou crescimento menor do que o total. Na estrutura do valor adicionado bruto por setores de atividade, o setor industrial foi o mais atingido pela redução do ritmo de crescimento, com participação de cerca de 50% em 1990, passou para 41% em 2001. O setor de serviços paulista, entretanto, foi o que agregou mais valor a renda, cuja contribuição ao PIB foi crescente ao longo da década de 1990. Em São Paulo, a transferência de renda foi feita da indústria para os serviços e para a agricultura.

#### 4.1 - Desempenho da Economia na Década de 1990

O crescimento da economia brasileira, na década de 1990, foi modesto. Pode-se frisar que o setor agropecuário teve um expressivo crescimento do PIB tanto em São Paulo como também no País como um todo, o que demonstra um claro estímulo ao setor.

A maneira como a liberalização comercial foi implementada mostrou que a vantagem comparativa brasileira ainda é agrícola, o que reacomodou a produção interna às exigências do mercado internacional. Ademais, a política liberalizante, comercial e concorrencial, que procurou conferir maior competitividade doméstica, por meio da redução das barreiras alfandegárias, não foi acompanhada da modernização dos instrumentos da política industrial, a fim de que se tornasse possível impulsionar o desenvolvimento.

TABELA 1 - Taxa de Crescimento do PIB, por Setor de Atividade, Estado de São Paulo e Brasil, Período de 1990-2001

Setor de atividade	(em % ao ano)					
	Estado de São Paulo			Brasil		
	Taxa	Teste t	Partic. setorial %	Taxa	Teste t	Partic. setorial %

			1990	2001			1990	2001
Agropecuária	4,01	(4,37) *	4,9	6,5	3,76	(6,33) *	8,7	10,0
Indústria	1,68	(5,27) *	49,2	41,3	2,96	(5,68) *	41,6	41,1
Serviços	3,61	(5,60) *	45,9	52,2	2,50	(7,13) *	49,7	48,9
PIB total	2,77	(6,09) *	100,0	100,0	2,80	(6,35) *	100,0	100,0

\*Significativo a 1%.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos do IBGE/SEADE.

Após a liberalização dos mercados houve reversão das tendências de industrialização e a agricultura passou a ter crescimento expressivo e, em grande parte do período, maior em São Paulo do que no País. A brusca exposição da indústria à concorrência internacional bem como aos estímulos concedidos para a descentralização arrefeceram o dinamismo do setor industrial, como mostra sua taxa de crescimento, e os recursos externos foram preponderantemente utilizados pela agricultura de exportação, área em que o País apresenta maiores vantagens comparativas. Dado que São Paulo é o Estado mais industrializado do País, e teve que se adaptar às reformas implementadas pela política econômica nacional e foi bastante atingido pela liberação.

Vale enfatizar que uma mudança tão extensa e rápida do cenário social brasileiro, provocada pelas reformas estruturais, naturalmente afeta por uns tempos o desempenho produtivo. O funcionamento efetivo do sistema de empresa privada, decorrente das privatizações das empresas estatais, talvez seja mais bem analisado futuramente quando forem atualizados os instrumentos de política industrial.

A seguir serão analisados os três setores de atividade, enfatizando-se os aspectos mais relevantes de cada um.

#### 4.1.1 - Agricultura

A análise da agricultura baseia-se principalmente na política agrícola e na produtividade agrícola, pois o crescimento da agricultura brasileira tem ocorrido em função de ganhos de produtividade. Estimativas da taxa de crescimento da produtividade agrícola situam-se em 3,11% ao ano, tendo a produtividade da terra, 3,23% ao ano, superado a produtividade da mão-de-obra, 2,21% ao ano, no período 1986 a 1994 (GASQUES e CONCEIÇÃO, 1997). Entretanto, tem se verificado uma tendência de crescimento a taxas decrescentes, o que possivelmente indicaria uma

diminuição do progresso técnico na agricultura brasileira.

Na primeira metade da década de 1990, a política agrícola utilizou-se dos instrumentos tradicionais de estímulo, sendo eles, principalmente, a política de garantia de preços mínimos e o crédito rural. A partir de 1995, com o Plano de Safra do Real, novos instrumentos de garantia de preços foram criados para reduzir os custos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), e mais consistentes com a economia aberta. Além disso, fomentou-se o desenvolvimento de mecanismos privados de financiamento da comercialização agrícola, forçando o agente financiador a selecionar melhor o crédito.

Por meio dos Empréstimos do Governo Federal (EGF) e da criação do Prêmio de Liquidação, pretendia-se contornar o problema da formação pública de estoques Aquisições do Governo Federal (AGF), e deixar ao próprio agricultor a retenção e comercialização dos estoques. Houve crescimento exponencial do EGF, em parte, devido à correção pela TR, da maior abertura da economia, que limitava a elevação dos preços na entressafra e da restrição orçamentária. Isso provocou um alongamento da retenção, tornando muito cara a política de preços mínimos.

A estabilidade macroeconômica, uma vez consolidada em 1995, passou a trazer benefícios para a agricultura, começando pela própria derrubada da inflação e conseqüente abandono da sempre temida correção monetária no crédito rural. A agricultura, especialmente, os setores exportadores passaram também a contar com recursos externos, a taxas menores que as domésticas, também resultado da estabilização.

O que mais marcou a década de 1990, além da tentativa de solução do problema da dívida agrícola, que continua sendo um problema sério, foi a reforma da PGPM e a reorientação do crédito rural, para a agricultura familiar (REZENDE, 1999).

No caso da PGPM, as mudanças visaram a obtenção da garantia de preços de manei-

ra consistente com a economia aberta, sendo essa a principal virtude do Programa de Escoamento da Produção (PEP), e com o financiamento privado da estocagem, que é o objetivo dos Contratos de Opção. Essas reformas buscavam reduzir as despesas públicas com a PGPM, tornando-a mais viável.

Para o problema da dívida agrícola tentou-se um alongamento da dívida dos produtores, dando a opção ao produtor de entregar, em produto, o valor equivalente ao refinanciamento do débito, chamado de securitização. Para evitar os problemas ocorridos no passado, de descasamento entre os índices de correção dos preços mínimos e dos débitos do crédito rural, o saldo da dívida passou a ser corrigido pela variação dos preços mínimos mais 3% de juros ao ano. O prazo de financiamento dependeu da capacidade de pagamento do produtor, podendo variar de sete a dez anos, com uma carência de dois ou três anos.

Como elemento importante dessas reformas, deve-se também mencionar que a desindexação diminuiu muito o impacto inflacionário de uma eventual elevação dos preços agrícolas, o que tornou menor a possibilidade de crises de abastecimento e, portanto, menor a necessidade de formação de estoques. Além disso, o acesso mais livre às importações, no caso de quebra de safra doméstica, graças à nova situação externa da economia brasileira, diminuiu o papel estratégico da produção doméstica.

Ao se analisar a política destinada ao setor externo, Gonçalves (2001), em seu artigo sobre competitividade internacional e integração regional, discute o aspecto da reprimarização da pauta de exportação ocorrida na segunda metade da década de 1990. Aponta para o fato de que ainda que as estatísticas disponíveis indiquem um crescimento da produtividade industrial maior do que a produtividade agrícola, há nítida tendência de aumento da competitividade dos produtos agrícolas ao longo dos anos 90s. Isso é mostrado por crescente participação do Brasil no comércio mundial de produtos agrícolas e redução da produção de manufaturados, no período 1995-98.

Isso pode ser traduzido por um aumento do crescimento interno da produção agrícola relativamente à produção industrial. Este fato está muito mais evidente em São Paulo, onde os produtos agrícolas tiveram crescimento significativamente maior do que a produção industrial, porém não deixa de estar nítido para o PIB nacional.

#### 4.1.2 - Indústria

O baixo desempenho da indústria, principalmente em São Paulo, pode estar associado à dinâmica de vários ramos da indústria de outras regiões do País que superaram a indústria instalada em São Paulo. A diferença de impostos e subsídios entre setores e/ou entre estados também pode estar na causa desse resultado. Além disso, pode estar relacionado às privatizações das empresas estatais e à redução das barreiras comerciais.

Neste artigo foram abordados os benefícios fiscais federais e estaduais que podem ter influenciado no baixo crescimento do PIB industrial de São Paulo.

Mendes (2000) analisa, em detalhes, os benefícios fiscais criados deliberadamente para atuar sobre questões regionais, no período 1995 a 1998. O montante associado aos benefícios fiscais concedidos no País representa cerca de 2% do PIB. O estudo trata, de maneira separada, dos incentivos relativos à Zona Franca de Manaus, dos associados à implantação e operação das chamadas áreas de livre comércio, dos relativos ao Regime Automotivo Especial das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, das isenções e reduções do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) de empreendimentos instalados no Norte e Nordeste, assim como dos incentivos fiscais compreendidos pelos fundos FINOR, FINAM e FUNRES<sup>3</sup>.

Mendes (2000) constata que do conjunto de benefícios vinculados ao Imposto de Importação (II) e Imposto de Produtos Industrializados (IPI), três itens se destacam: aqueles relacionados à Zona Franca de Manaus (o mais expressivo), às áreas de livre comércio e os relativos à vertente regional do chamado regime automotivo.

Os incentivos ligados ao IRPJ foram igualmente importantes no período. A apropriação regional desse imposto passou de 32% do total em 1995, para mais de 72% em 1997, a título de Política Regional. O Norte e Nordeste

<sup>3</sup>A análise sobre renúncias fiscais se insere na questão tributária e fiscal e pode ser associada às questões ligadas às políticas comercial externa e industrial. Envolve, também, questões mais complexas como a partilha das receitas tributárias da União.

detêm a maior parcela desse recurso.

Aquele autor conclui que os benefícios fiscais apresentam montantes superiores às receitas tributárias nas Regiões Norte e Nordeste e revela, ainda, o papel predominante representado pela Zona Franca de Manaus.

Por sua vez, o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) foi objeto de atração de investimentos regionais na década de 1990, através da chamada "guerra fiscal". Rodrigues (1998), ao analisar o papel dos governos estaduais na indução do investimento e na atração de empresas, procura entender os aspectos regionais de localização dos novos empreendimentos. A constatação mais importante é a existência de um ambiente favorável às novas oportunidades de investimento, tanto do ponto de vista institucional, que são os governos estaduais, federação de indústrias e empresas, quanto da própria população. Os Estados do Ceará, da Bahia e de Minas Gerais, estudados pela autora, utilizaram-se do ICMS para atrair novos investimentos e induzir a ampliação de empreendimentos existentes. Esses estados compreenderam o momento econômico e estiveram prontos quando veio a estabilidade econômica, com o Plano Real. O Estado de São Paulo não se utilizou desse instrumento para atrair novos investimentos, apesar de, segundo a autora, ter se destacado juntamente com Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Paraná na atração de novos empreendimentos no ciclo de investimentos iniciado em 1994/95.

Esses dois fatores, benefícios fiscais federais e estaduais, podem ter influenciado no crescimento do PIB industrial de São Paulo. Isso significa que o esforço de desconcentração regional se utilizou de uma estrutura de premiação fortemente indutora para compensar a maior atratividade apresentada pela área de influência de São Paulo.

#### 4.1.3 - Serviços

O setor de serviços mostrou maior dinamismo no Estado de São Paulo do que no total do Brasil. Na década de 1990, o crescimento dos serviços no Brasil foi inferior ao da agricultura, porém, em São Paulo, muito se avançou nessa direção.

Azzoni (1999) analisou séries históricas estaduais de PIB, de 1939 a 1995, e evidenciou o papel importante da Região Sudeste que, embora registrando participação inferior à experimen-

tada no passado, continua com papel destacado. A tendência de queda na participação dessa região, iniciada no final dos anos 60s, é fundamentalmente explicada pelas reduções dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo que São Paulo atingiu um patamar relativamente estável em 1985 e Rio de Janeiro continuou a tendência declinante.

No período analisado por ele, o setor terciário apresentou crescimento pouco acentuado na Região Sudeste, principalmente pelo importante papel do setor industrial, que crescia continuamente até a metade dos anos 80s. Entretanto, destaca a importância inusitada do setor terciário para o crescimento do Estado de São Paulo nos anos mais recentes da década de 1990.

O crescimento da Região Sudeste deveu-se fundamentalmente à componente estrutural-setorial existente, permitindo superar as externalidades adversas. Aquele autor recomendou cautela em qualquer previsão para o futuro em função de um possível reposicionamento das vantagens competitivas da Região Sudeste por depender fundamentalmente da componente estrutural.

Pesquisas que analisem o desenvolvimento do setor terciário no Brasil, no contexto da estabilização, podem ser sugeridas com a finalidade de maior aprofundamento.

#### 4.2 - Estimativas do PIB do Agronegócio Brasileiro nos Anos 90s

O agronegócio brasileiro, nos anos 90s, foi analisado por meio de dados secundários contidos em estudos recentes, que objetivaram construir indicadores ou sinalizadores para balizar possíveis condutas por parte tanto do mercado quanto dos formadores de política. Adicionalmente, analisou-se a postura do agente financiador oficial com objetivo de detectar as linhas mestras da política de estímulo destinada ao setor.

É considerado que, no Brasil, essa abordagem sistêmica tenha sido utilizada explicitamente por Araújo; Wedekin; Pinazza (1990), com a finalidade de levantar as dimensões básicas do *agribusiness* brasileiro. Os autores concluíram que o *agribusiness* brasileiro representava 46% dos gastos relativos ao consumo das famílias, o que correspondia ao equivalente a 32% do PIB brasileiro em 1980.

O estudo de Guilhoto; Furtuoso; Barros

(2000), com dados do censo de 1995/96, utiliza-se de metodologia mais atual e mais abrangente para delimitar o agronegócio a fim de obter um sistema de ponderação para o cálculo de índices do PIB. Nunes e Contini (2001), utilizando dados do censo de 1995/96 e uma abordagem mais tradicional e de menor abrangência do que o anterior, obtiveram como resultado uma participação do agronegócio no PIB, em 1996, de apenas 20,6%, menor do que aquela obtida pelos outros autores, que foi de 27,42%<sup>4</sup>.

O que se pode observar é que a diferença nas delimitações entre esses dois estudos conduziu a diferentes resultados quanto à estrutura do agronegócio, sendo que o setor agrícola, o núcleo do Complexo Agroindustrial (CAI), participa com 42,3% do valor adicionado em 1995/96, calculado por uma abordagem mais tradicional e restrita, e com 23,84% também em 1995/96, calculado por uma abordagem mais moderna e mais ampla (Tabela 2).

Isso significa que o setor agrícola gerou relativamente mais para o valor adicionado, quando indicado por uma abordagem mais restrita, como da ABAG, do que quando indicado por uma abordagem mais ampla, como do CEPEA. Isso não causa nenhuma perplexidade, mas pode levar a conclusão que não há um consenso quanto a definição de agricultura propriamente dita (agropecuária) ou núcleo do CAI.

Entretanto, os dois indicadores estão mostrando uma participação relativamente grande do setor a jusante da agropecuária, ou depois da porteira, de 53% a 68% do PIB, o que talvez significaria que este se constituiu no vetor de maior valor da produção, consolidado na forte rede de interligação entre a agricultura e o setor de armazenamento, processamento e distribuição final (Tabela 2).

Ambos estão indicando, também, que ao se considerar que em 1980 a participação do agronegócio no PIB girava em torno de 32% a 40%, o complexo agroindustrial brasileiro passou por um processo de encolhimento ao longo desse período, situando-se em torno de 21% a 27% do PIB em 1995/96, dependendo das estimativas usadas.

#### 4.3 - Financiamento Público do Agronegócio

Ramalho (1988), analisando a lógica de crescimento do setor agropecuário para identificar os núcleos pressionadores de seu dinamismo, teve a finalidade de subsidiar a formulação de uma política de atuação do BNDES diante de inúmeras solicitações de apoio financeiro para o setor agropecuário.

O enfoque utilizado foi o de CAIs por permitir analisar a evolução da agropecuária por meio dos núcleos pressionadores do seu dinamismo e evidenciá-los, bem como avaliar as relações intersetoriais e explicitar o papel do progresso técnico como um elemento de modernização da estrutura agropecuária. Dessa maneira, pretendeu-se traçar linhas de políticas governamentais que privilegiassem os núcleos dinamizadores.

Estimava-se que o significado econômico do CAI participava com 40% do PIB. Considerando os segmentos da agropecuária e da indústria processadora de produtos alimentares, estes eram responsáveis por aproximadamente 13,7% da formação bruta de capital fixo em 1975, estimando-se que essa participação teria se elevado para cerca de 17% em 1980.

A agroindústria é caracterizada, por aquele autor, pelo primeiro beneficiamento da matéria-prima agropecuária. Nele, o produto é homogêneo e destina-se a outras indústrias ou à exportação. A competição está baseada na escala de produção e no capital de giro para fazer face às compras sazonais de matéria-prima. A influência que a competição exerce sobre o setor agropecuário é no sentido de se obterem grandes lotes de produção.

O setor agropecuário subordina-se aos segmentos industriais que com ele se relacionam; de um lado, vincula-se com a indústria de

<sup>4</sup>A metodologia pode ser encontrada em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=326>>.

TABELA 2 - Estrutura do Agronegócio Brasileiro, 1995/96  
(em %)

Fonte	Antes da porteira (Insumos)	Núcleo do agronegócio (Agropecuária)	Depois da porteira		Total
			Processamento	Distribuição e serviços	
ABAG	4,60	42,30	-	-	53,10
CEPEA	8,40	23,84	35,01	32,76	67,77

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Nunes; Contini (2001) e Guilhoto; Furtuoso; Barros (2000) com dados do IBGE.

máquinas e insumos, que tem na agropecuária o seu mercado e, de outro, com a indústria processadora/beneficiadora de matérias-primas agropecuárias. A interdependência da agropecuária com a indústria fornecedora define o padrão tecnológico de sua produção, já que é a responsável pela geração do progresso técnico. Outrossim, a vinculação com a indústria compradora pressiona pela transformação da organização da produção agropecuária e pela adoção das técnicas modernas. Isso ocorre porque essa indústria impõe exigências sobre o tipo e a qualidade do produto e a escala da produção.

A delimitação do CAI compreende os seguintes segmentos: as indústrias fornecedoras para o setor agropecuário, entendidas como as indústrias de bens de capital, fertilizantes, defensivos, matrizes e sementes, bem como de outros insumos; o setor agropecuário; as indústrias compradoras de matérias-primas agropecuárias, distinguindo-se a agroindústria e a indústria de alimentos; e o setor de comércio de produtos agropecuários.

A dinâmica tecnológica do complexo agroindustrial é analisada a partir da decomposição do processo de produção, elaborando uma matriz que indica as principais indústrias provedoras de inovações para o setor agropecuário. Conclui, Ramalho (1988), que a indústria fornecedora de insumos é a determinadora do padrão tecnológico de produção do setor agropecuário. A indústria processadora, ao pressionar pela introdução do progresso técnico e ao representar a maior parte do mercado do setor agropecuário, promove uma adequação da forma de organização da produção desse setor aos requisitos que viabilizam a introdução do padrão tecnológico.

Com base nas principais tendências tecnológicas em nível mundial, na análise dos principais movimentos dos agentes produtivos do mercado internacional e interno e na abordagem das relações intersetoriais do complexo agroindustrial, prioridades foram estabelecidas para orientar

uma estratégia de atuação do sistema BNDES.

A prioridade primeira ficou para as indústrias fornecedoras, porque determinam o padrão tecnológico a ser implantado nas atividades agrárias. Elas geram e difundem tecnologia, o que as tornam um campo privilegiado para direcionamento de recursos do sistema destinados ao complexo agroindustrial. A atuação visa à consolidação do segmento moderno das atividades agrárias, que implica a utilização de tecnologias disponíveis e a capacitação para o fornecimento de equipamentos e insumos que atendam o novo padrão a ser instalado.

A prioridade seguinte foi para as atividades consumidoras de matérias-primas, pela disponibilidade de expansão dos mercados agropecuários e pelo seu papel difusor do progresso técnico.

O terceiro campo ficou com o setor agropecuário, com objetivo nos investimentos que consolidem a sua modernização, integrando-o às indústrias fornecedoras por meio de intensificação da utilização de equipamentos e insumos e garantindo a operação das indústrias processadoras e organizações comerciais, através do suprimento de matérias-primas.

Fica enfatizado, então, que para a consolidação da agropecuária moderna faz-se necessário que a indústria fornecedora seja capaz, não só de dispor de equipamentos e insumos em quantidades suficientes, mas também, principalmente, incorporem os avanços tecnológicos para permitir maior competitividade às atividades agrárias e às atividades consumidoras de matérias-primas agropecuárias.

Sendo assim, a atuação do agente financiador foi orientada no sentido da capacitação tecnológica da estrutura produtiva e da criação de mecanismos para apoio à pesquisa e desenvolvimento, a fim de viabilizar as metas propostas, tanto no setor de bens de capital quanto de insumos para o setor agropecuário.

Expansão e diversificação da capaci-

dade de produção e distribuição para atendimento do mercado interno e externo também tiveram apoio financeiro.

A concessão de crédito para a consolidação da estrutura produtiva do setor agropecuário, por meio do segmento moderno, centrou sua atuação nas categorias empresariais, estimulando as formas de organização que incentivassem a introdução e a difusão do progresso técnico.

#### 4.4 - Desempenho do Agronegócio Brasileiro nos Anos 90s

A política adotada para modernização do agronegócio brasileiro permitiu um aumento significativo na produtividade agrícola, o que elevou a participação da agricultura propriamente dita, ou núcleo do agronegócio, na década de 1990. A participação da agricultura brasileira no PIB estava em torno de 10%, o que levava a uma contribuição relativamente pequena ao PIB total. Fica evidenciado, dessa maneira, os motivos da redução da participação do agronegócio brasileiro na década de 1990, conforme constatado pelos indicadores construídos.

Diante de um quadro de crescimento econômico modesto, o setor agrícola apresentou expressivo crescimento, em decorrência do aumento da produtividade e da liberação comercial ocorrida no período. Isso permitiu mostrar que a agricultura brasileira é bastante competitiva e que a agricultura de exportação ainda possui vantagens comparativas.

A redução na participação dos outros setores relacionados à agricultura poderia estar ligado ao vetor de propulsão do agronegócio, que o agente financiador, em 1988, atribuiu às indústrias fornecedoras, setor considerado a montante, e o estudo do CEPEA detectou que o vetor de maior propulsão, na década de 1990, originou-se do setor de armazenamento, processamento e distribuição final, ou seja, o setor a jusante.

Esse fato poderia ser interpretado como uma interrupção do mecanismo impulsor da produção ou poderia ser atribuído à fase cíclica recessiva? Os sinais de evolução estão presentes no setor de armazenamento, processamento e distribuição final, enfatizados por uma integração a jusante mais acentuada. Pesquisas científicas

abordando este tema podem permitir uma constatação mais aprimorada.

Políticas públicas direcionadas para estimular o vetor de propulsão do agronegócio brasileiro podem ser sugeridas, sendo o vetor atribuído às indústrias fornecedoras ou ao setor de armazenamento, processamento e distribuição final ou, se possível, por ambos.

#### 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento da economia brasileira, na década de 1990, foi modesto. Enfatizou-se o setor agropecuário que teve um expressivo crescimento do PIB tanto em São Paulo como no País, o que demonstra um claro estímulo ao setor. A contribuição do setor agropecuário para o PIB em São Paulo superou o desempenho do setor industrial. A vantagem comparativa de São Paulo também é agrícola, com um setor de serviços apresentando avanços.

Após a liberalização dos mercados houve reversão das tendências e a agricultura passou a ter crescimento expressivo. A explicação para isso talvez esteja na brusca exposição da indústria à concorrência internacional, bem como aos estímulos concedidos para a descentralização. O setor industrial perdeu dinamismo e os recursos externos foram preponderantemente utilizados pela agricultura de exportação, área em que o País apresenta maiores vantagens comparativas. Sendo o Estado de São Paulo o mais industrializado, foi o mais atingido pela liberalização.

A política adotada para modernização do agronegócio brasileiro permitiu um aumento significativo na produtividade agrícola, o que elevou a participação da agricultura propriamente dita, ou núcleo do agronegócio, na década de 1990.

Pesquisas científicas abordando este tema podem permitir uma constatação mais aprimorada para o Estado de São Paulo, apesar das dificuldades inerentes à construção de indicadores regionais.

Políticas públicas direcionadas para estimular o vetor de propulsão do agronegócio brasileiro e paulista, bem como para estimular a atividade industrial, podem ser sugeridas para permitir um crescimento econômico compatível com as potencialidades e necessidades nacionais e paulistas.

## LITERATURA CITADA

ARAÚJO, N. B.; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L. A. **Complexo agroindustrial: o agribusiness brasileiro**. São Paulo: Agroceres. 1990. 238 p.

AZZONI, C. R. **Concentração regional e dispersão das rendas per capita estaduais: análise a partir de séries históricas estaduais de PIB, 1939-1995**. Brasília: MCT/FINEP/CNPq/PRONEX, 1999.

CONSIDERA, C. M.; MEDINA, M. H. **PIB por unidade da federação: valores correntes e constantes - 1985/96**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. 32 p. (Texto para discussão, 610).

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University. 1957. 135 p.

DIVISION DE COMERCIO INTERNACIONAL E INTEGRACIÓN. **Panorama de la inserción en América Latina y el Caribe, 2000-2001: anexo estatístico**. Naciones Unidas, 2001.

FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F. de. Política industrial e defesa da concorrência: considerações sobre a experiência brasileira nos anos 90. In: ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27., 1999, Belém, PA. **Anais...** Belém, PA: ANPEC, 1999. v. 2, p. 807-826.

GONÇALVES, R. Competitividade internacional e integração regional: a hipótese da inserção regressiva. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 5, esp., p. 13-34, 2001.

GUASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da. **Crescimento e produtividade da agricultura brasileira**. Brasília: IPEA, jul. 1997. 26 p. (Texto para discussão, 502)

GUILHOTO, J. J. M.; FURTUOSO, M. C. O.; BARROS, G. S. de C. **O agronegócio na economia brasileira, 1994 a 1999**. Piracicaba: CEPEA/USP. set. 2000. 139 p. Disponível em: <<http://cna.org.br/IndicadoresN/Agosto00/metodologia.HTM>>

HOLLANDA FILHO, S. B. de. Um debate histórico entre intervencionismo e liberalismo econômico no Brasil: R. Simonsen X E. Gudín. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27., 1999, Belém, PA. **Anais...** Belém, PA: ANPEC, 1999. v. 1, p. 497.

MENDES, C. C. **A política regional nas renúncias fiscais federais: 1995/1998**. Brasília: IPEA, jan. 2000. 23 p. (Texto para discussão, 697).

NUNES, E. P.; CONTINI, E. **Complexo agroindustrial brasileiro: caracterização e dimensionamento**. Brasília: ABAG, 2001. 109 p.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. **O Brasil na década de 90: uma transição bem-sucedida**. Rio de Janeiro: BNDES, nov. 2001. (Textos para Discussão, 91)

PREBISCH, R. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**, Santiago de Chile: Cepal, 1949.

RAMALHO, Y. M. M. (Coord.). **Mudanças estruturais nas atividades agrárias: uma análise das relações intersetoriais no complexo agroindustrial brasileiro**. Rio de Janeiro: BNDES/DEEST, 1988. 126 p. (Estudos BNDES, 9)

RESENDE, M. F. C.; ANDERSON, P. Mudanças estruturais recentes na indústria de bens de capital. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 39, n. 2, p. 39-68, dez. 1999.

RESENDE, M. F. C.; TEIXEIRA, J. R. Vulnerabilidade externa e crescimento na economia brasileira: 1978/2000.

*Informações Econômicas, SP, v.34, n.11, nov. 2004.*

**Boletim de Política Industrial**, n. 14, ago. 2001.

REZENDE, G. C. de. Conjuntura macroeconômica e política agrícola no período 1992/97: dos velhos aos novos instrumentos. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 8, n. 3, p. 1-12, jul./set. 1999 Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/spa/rpa3tri99/3t99s2a3.htm>>

RODRIGUES, D. A. O papel dos governos estaduais na indução do investimento: a experiência dos estados do Ceará, Bahia e Minas Gerais. **Revista BNDES**, Brasília, n. 10, p. 1-33, dez 1998.

ZYLBERSZTAJN, D. **A transactions cost approach to agribusiness coordination**. São Paulo: PENSA, Apr. 1995. 28 p.

**PRODUTO INTERNO BRUTO, ESTADO DE SÃO PAULO E BRASIL,  
PERÍODO 1990 A 2001:  
agronegócio**

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é analisar o desempenho do produto interno bruto brasileiro e paulista na década de 1990, com ênfase no agronegócio. Foram analisados os três setores de atividade econômica por meio da taxa de crescimento no período 1990 a 2001. O crescimento do produto total foi modesto, inferior a 3% ao ano, praticamente para as duas esferas. O setor primário teve crescimento expressivo; o setor secundário reduziu seu dinamismo principalmente em São Paulo; e o setor terciário sustentou seu crescimento no Estado de São Paulo. O agronegócio brasileiro apresentou queda em sua participação no PIB total devido ao aumento da participação do setor rural decorrente da melhoria da produtividade agropecuária, não acompanhada pelos demais setores. A política de modernização do setor agropecuário e a política comercial direcionada às exportações dos produtos agrícolas propiciaram seu desempenho. Políticas públicas para estimular a atividade industrial podem ser sugeridas.

**Palavras-chave:** PIB, liberalização econômica, estabilidade, agronegócio, reformas estruturais.

**BRAZIL 'S AND STATE OF SAO PAULO 'S GROSS  
DOMESTIC PRODUCT OVER 1990-2001:  
agrobusiness**

**ABSTRACT:** The objective of this article is to analyze the performance of the Gross Domestic Product for Brazil and for the state of Sao Paulo, in the 1990's, with emphasis on the agro-business. The three sectors of economic activity were analyzed through the growth rate. The Total State and Domestic Growth was modest, below 3% a year. The primary sector had an expressive growth; the secondary sector reduced its dynamism mainly in Sao Paulo; and the tertiary sector sustained its growth in the state of Sao Paulo. The Brazilian agro-business presented a decreased participation in Total GDP due to the increased participation of the rural section on account of improvements in agricultural productivity. Agricultural modernization policies and trade policies favoring agricultural exports accounted for the better performance of the sector. Public policies to foster industrial activity can be suggested.

**Key-words:** GDP, liberalization, stability, agro-business, structural reforms.

---

Recebido em 31/08/2004. Liberado para publicação em 05/10/2004.